

SÚMULA DO PARECER TÉCNICO Nº 020/14/IE

PROCESSO: 8.447/09
INTERESSADO: Leão Engenharia S/A
ASSUNTO: Licenciamento Ambiental Prévio para ampliação das atividades de extração de basalto
MUNICÍPIO: Jardinópolis

1. INTRODUÇÃO

Trata-se da Súmula do Parecer Técnico nº 020/14/IE elaborado pelo Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos - IE, para subsidiar o licenciamento ambiental prévio da ampliação das atividades de extração de basalto (poligonais DNPM nº 820.790/1986, 820.276/1995 e 821.616/1999) da Pedreira Santa Isabel, no município de Jardinópolis, sob responsabilidade da empresa Leão Engenharia S/A.

A ampliação da atividade minerária tem como objetivo o fornecimento de matéria-prima para a unidade de beneficiamento localizada na própria área do empreendimento, para uso na construção civil.

2. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Trata-se da ampliação da cava existente de 50 ha para 93,11 ha, com cota mínima da frente de lavra de 570 metros.

Prevê-se a extração total de 62.279.878 t de minério, com produção máxima de 100.000 t/mês e uma vida útil de 50 anos, com geração total de 198.328 m³ de solo e 1.267.588,8 m³ de estéril.

3. COMPATIBILIDADE LEGAL

Foi apresentada a manifestação da Prefeitura Municipal de Jardinópolis, que demonstra a conformidade do empreendimento com as diretrizes de uso e ocupação do solo.

Os documentos referentes ao Departamento Nacional de Produção Mineral comprovam o direito mineral dos Processos DNPM 820.790/1986, 820.276/1995 e 821.616/1999 em nome da empresa Leão Engenharia S/A.

4. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

Os principais impactos ao meio ambiente decorrentes da ampliação e operação do empreendimento, bem como as principais medidas de mitigação e/ou compensatórias propostas pelo empreendedor e pela CETESB são as que seguem.

- **Expectativa da População quanto à Ampliação do Empreendimento e Conflitos do Uso do Solo**

De acordo com a Pesquisa de Percepção Ambiental apresentada, foram mencionados pela população como principais aspectos negativos a geração de poeira, ruídos e vibrações oriundos da circulação dos caminhões e das atividades de extração. Para a LI deverá ser apresentado o detalhamento do Programa de Comunicação Social.

- **Interferências no Sistema Viário**

Durante a operação do empreendimento estima-se que serão necessárias 120 viagens/dia para a expedição do minério, não estando previsto aumento da circulação de veículos com a ampliação. Para mitigação dos impactos decorrentes da circulação de veículos pesados sobre o sistema viário, deverá ser apresentado um Programa de Controle de Tráfego de Veículos, prevendo parcerias com a Prefeitura Municipal para apoio e manutenção do sistema viário.

- **Interferências no Patrimônio Arqueológico**

O Relatório do Diagnóstico Interventivo apresentado indicou que a área de interesse possui potencial arqueológico. Para as próximas fases do licenciamento deverá ser apresentada manifestação do IPHAN sobre os Programas de Prospecções Arqueológicas Intensivas e de Educação Patrimonial.

- **Impacto Visual e Conflitos de Uso do Solo**

As atividades de mineração provocam alterações permanentes no relevo, com a modificação do uso do solo pela abertura das cavas, formação de pilhas de estêreis e supressão de vegetação nativa. A fim de minimizar impactos visuais e proporcionar a redução dos níveis de ruído e de material particulado em suspensão, deverá ser implantada uma barreira vegetal no entorno da área de lavra.

- **Perda da Cobertura Vegetal e Interferências em Áreas de Preservação Permanente**

Será necessária a supressão de 38,7 ha de vegetação nativa nos estágios médio e avançado de regeneração. Para a LI deverão ser detalhados os Programas de Acompanhamento de Supressão de Vegetação, de Compensação Florestal e de Conservação e Manejo da Vegetação Nativa Remanescente.

- **Impactos sobre Unidades de Conservação**

De acordo com o EIA, o empreendimento não se localiza em unidade de conservação de uso sustentável ou em zona de amortecimento de unidades de proteção integral. Desta forma, não são esperados impactos sobre unidades de conservação decorrentes da ampliação do empreendimento.

- **Impactos sobre a Fauna Terrestre**

Dentre as espécies de fauna registradas na AID, foram identificadas 9 aves, 4 mamíferos e um réptil, em alguma categoria de ameaça. Para a LI deverão ser apresentados os resultados da campanha do Programa de Conservação e Monitoramento da Fauna Terrestre, além do detalhamento do Subprograma de Resgate e Salvamento da Flora e Fauna, visando mitigar e monitorar as potenciais interferências sobre a fauna nativa.

- **Desencadeamento de Processos Erosivos e Assoreamento**

A intensificação dos processos erosivos e consequente assoreamento dos corpos d'água podem ocorrer devido à exposição do solo na área de cava e depósito de estéril, e no sistema viário. Foi solicitada a implementação das medidas do Programa de Prevenção e Controle de Processos Erosivos e Assoreamento de Corpos D'Água, incorporando algumas medidas às já adotadas atualmente.

- **Impactos nos Recursos Hídricos Superficiais**

Não estão previstos lançamentos de efluentes e intervenções em canais de drenagem natural. A fim de prevenir eventuais impactos das atividades de extração, deverão ser apresentados relatórios anuais do Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais durante a operação do empreendimento.

- **Geração de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos**

Além do estéril, serão gerados resíduos como sucatas metálicas, resíduos domésticos, resíduos oleosos e pilhas e baterias, tornando-se necessária sua gestão adequada. Para tanto, foi solicitado para a LI um Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

- **Alteração da Qualidade do Ar e Desconforto Ambiental**

As atividades de lavra, beneficiamento e transporte geram ressuspensão de material particulado, além de ruídos e vibrações associados ao desmonte de rocha. Foi solicitado relatório comprovando a implementação das medidas propostas no EIA para controle das emissões de material particulado.

5. PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA

Com a desativação do empreendimento, será necessária a adoção de ações dentro de um Plano de Recuperação de Áreas Degradadas, tendo como objetivo tornar a área estável, em condições apropriadas para um uso futuro. Para a LI deverá ser apresentado o detalhamento do Plano de Desativação, contemplando as medidas finais de reconformação topográfica e revegetação e a desmobilização das estruturas de apoio.

6. PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Caberá à Câmara de Compensação Ambiental da SMA definir a destinação e a forma de pagamento dos recursos da compensação previstos na Lei 9985/2000, sendo a apresentação do comprovante de pagamento pelo empreendedor e a assinatura de um Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA, conforme estabelecido no Decreto Estadual n. 60.070 de 15/01/2014,

condicionantes à emissão da LI. Para a LO deverá ser apresentado relatório contábil, comprovando o montante efetivamente despendido na implantação do empreendimento, visando a realização de ajustes no valor destinado à compensação ambiental do empreendimento.

7. CONCLUSÃO

Em função do exposto, o Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos entende que o empreendimento é ambientalmente viável, desde que atendidas as medidas propostas no EIA e as exigências do Parecer Técnico nº 020/14/IE. Nestes termos, submete ao CONSEMA para apreciação e deliberação sobre a viabilidade ambiental da ampliação da atividade de extração de basalto da Pedreira Santa Isabel, sob responsabilidade da empresa Leão Engenharia S/A, no município de Jardinópolis.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2014

Iracy Xavier da Silva
Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental
Assistente Executiva